


«Vão aumentar o desemprego»

# Alunos de História da U. M. temem novos cursos de ensino

Os alunos de Licenciatura em Ensino de História e Ciências Sociais da Universidade do Minho consideram que «conceder a via profissionalizante ao curso de História das universidades clássicas, não passa de mais uma medida para adiar a solução dos seus prementes problemas». A posição dos 150 alunos desta licenciatura foi veiculada ao ministro da Educação e Cultura pelo Departamento Pedagógico da Associação Académica da U. M.

como se deverá fazer um investimento para desenvolver a investigação científica a nível da história»

Apesar de se manifestarem «solidários» com os seus colegas das Universidades Clássicas que «infelizmente viram-se confrontados com o problema do desemprego», os estudantes da licenciatura da Universidade minhota manifestam-se em desacordo com a introdução de um vertente profissionalizante para o ensino nos cursos de História das Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra. Consideram que a mesma «não vai resolver problema algum, na medida em que o desemprego vai continuar a afectar os licenciados de História».

Os docentes que saem todos os anos das Universidades Novas (como é o caso da U.M.) «satisfazem as necessidades do ensino da História», referem os mesmos alunos, facto que os leva a perguntar a João de Deus Pinheiro «para onde irão os futuro excedentes de docentes profissionalizados».

O curso de licenciatura em ensino de História e Ciências Sociais foi criado na U.M. com o objectivo de «dar resposta à falta de professores qualificados», foi progressivamente preenchido, concorrendo para isso, também, os licenciados das Universidades Clássicas que, apesar de não terem qualquer preparação pedagógica — os seus cursos estão orientados para a investigação — ingressavam no ensino e profissionalizavam-se progressivamente.

O «mercado de trabalho» foi, assim, progressivamente preenchido, sendo os profissionais de ensino formados pelas universidades novas preferidos na colocação de docentes em

relação aos das clássicas.

Na defesa dos seus pontos de vista, os alunos da U. M. invocam a Lei de Bases do sistema educativo, que, no seu artigo relativo à criação de novos cursos de formação inicial de professores, refere que «na determinação dos conteúdos (...) a entidade competente deve ter em consideração a relação entre o número de professores habilitados já em exercício e a previsão de vagas disponíveis no tempo de um período transitório de cinco anos».

Para além do fundamento legal, consideram que a existir uma reestruturação do curso de História das universidades clássicas, a mesma não deverá ser feita de molde a introduzir uma vertente pedagógica que dê acesso ao estágio integrado, pois, a ser assim, os alunos da licenciatura em ensino de História e Ciências Sociais «estarão numa situação de desvantagem, já que não têm uma alternativa de investigação, que existe nas universidades clássicas».

A profissionalização dos cursos das «Clássicas», salientam, «não seria nada abonatória para um país em que a qualidade do seu ensino não é a que se poderia desejar, e o desemprego de professores criaria uma situação nada dignificante para a classe e, sobretudo, para o ensino português».

Concluem estes estudantes que «as licenciaturas em História precisam de uma reforma estrutural, que deverá passar, inclusivamente, pela redução dos «numerus clausus» nas universidades clássicas, assim

UNIVERSIDADE ÉVORA

Dia

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31

Mercado de trabalho - licenciados

JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

